

🗶 🚉 👉 gradina o Nedação

(Kingara German Habbana Ascumbs Rurcis

turar y espect Cultura, Turiumo e Esportos de la presignaria Social especia cos lucados Humanos, Cidadanio, especiales facilies e Ouelles (la facilier

Province de bilea e Denikea da Malisar
 Province de la Archaella Ella Bilon Simple sub de Clândia.
 Province de la Brasilea Partido (1999)

24 08 san Xirong Girana

PROJETO DE LEI

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação em site oficial da prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, e da própria empresa responsável pela obra, bem como, notificação antecipada de moradores das respectivas ruas onde realizar-se-á obras por órgão, entidade, ou particulares incluídos no Plano Nacional de Saneamento Básico de Pindamonhangaba.



A Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, no uso de suas atribuições legais, aprova o seguinte Projeto de Lei:

Art 1° – Fica obrigatória para todo e qualquer órgão, entidade, ou particular, que desenvolva serviço instituído pela Lei Complementar nº 35/2013 - Plano Nacional de Saneamento Básico, fundamentado na Lei Federal nº 11.445/2007, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.217/2010, a publicação em site oficial da prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, e da própria responsável pela obra, bem como, notificação antecipada de moradores das respectivas ruas onde realizar-se-ão quaisquer tipos de serviços;



Art 2° – Para os efeitos dessa lei, considerar-se-ão todos os serviços definidos no artigo 6° da Lei Complementar n° 35, de 20 de Dezembro de 2013.

Art 3° – A publicação no site oficial da Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, utilizado para transmitir as informações contidas nesta Lei, deverão conter as informações do responsável pela Obra, bem como canais de atendimento com o órgão, entidade ou particular correspondente.

- §1º O site oficial da prestadora de serviços responsável pelo serviço deverá conter as mesmas informações;
- §2º As informações acima deverão ser publicadas com antecedência mínima de 10 dias;
- §3° Em caso de obras emergenciais, o aviso antecipado e a notificação que trata o artigo 4° desta lei, estarão dispensados, se:
 - I Comprovada a urgência ou emergência;
 - II Comprovado a falta de ciência antecipada;
- III Seja realizada a sinalização prévia, conforme parâmetros fixados no
 Código de Trânsito Brasileiro, respeitando normas e especificações do CONTRAN;
- IV Seja realizada a sinalização vertical e horizontal, antes do encerramento da obra;
- §4° Para todos os tipos de serviços, será obrigatório o cumprimento dos incisos III e IV do §3° deste artigo, em consonância com o Artigo 88 do Código de Trânsito



Brasileiro;

Art 4° - Deverão ser notificados, todos os proprietários de imóveis, num raio de 100m das extremidades máximas do serviço a ser realizado.

- §1º A notificação deverá conter as seguintes informações:
- I − Local e delimitação do serviço;
- II Motivo do serviço;
- III Período de execução do serviço;
- IV Alterações de sentido, se necessário;
- V Opções de Desvios, se necessário
- VI Garagens, estacionamentos, rampas de acessibilidade e estabelecimentos comerciais que serão obstruídos;
- $\S 2^{\rm o} {\rm A}$ notificação deverá ser enviada com no mínimo 10 dias de antecedência
- Art. 5º Os prestadores de serviço que descumprirem o disposto na presente lei sofrerão as seguintes penalidades:
 - I advertência para que regularize a próxima execução;
 - II multa no valor equivalente a 1.000 UFMP, para cada metro de via



obstruída, caso não ocorra a regularização no prazo previsto no inciso I deste artigo;

III - suspensão dos serviços até o cumprimento desta lei, na terceira constatação de desrespeito aos termos desta lei.

Art 6° - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art 7° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Dr. Francisco Romano de Oliveira, 20 de Agosto de 2021.

Francisco Norberto Silva Rocha de Moraes

Vereador Norbertinho